



Paulo Augusto de Freitas Oliveira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8933439901415647>

ID Lattes: **8933439901415647**

Última atualização do currículo em 24/03/2025

Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desde 28/11/2022, na vaga do Quinto Constitucional. Atualmente, compõe e preside a Segunda Turma da Câmara Regional do TJPE, bem como preside a Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TJPE e integra o Conselho da Magistratura (Biênio 2024/2026). Tem 30 anos de serviço público, com passagens pela Polícia Militar de Pernambuco (como Oficial da PM); Advocacia Geral da União (como Procurador Federal); Ministério Público de Pernambuco (como Promotor de Justiça). Foi Procurador Geral de Justiça do MPPE, no biênio 2021/2023. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2000. Graduado pela Academia de Polícia Militar do Paudalho, no Curso de Formação de Oficiais (1995) tendo sido o 1º colocado do curso. É especialista em Segurança Pública e Cidadania, pela ASCES/UNITA, em convênio com o Ministério da Justiça/SENASP, e especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco MBA Gestão do MPPE (FCAPE/UPE). Foi professor da disciplina Direito Penal na Academia de Polícia Militar do Paudalho e na faculdade ASCES/UNITA (Caruaru). Idealizador e líder do Projeto Institucional Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, premiado em 1º lugar pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2015). Possuidor de vários títulos e condecorações, destacando-se: Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado, no grau Grão Colar (TJPE); Medalha da Ordem do Mérito dos Guararapes, no grau Grã Cruz; Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca, no Grau Ouro, (TRE/PE); Medalha Joaquim Nabuco, na classe ouro (ALEPE); Medalha do Mérito José Mariano (Câmara do Recife); Medalha de Mérito da Polícia Civil, classe Ouro; Medalha do Mérito Policial Militar; Medalha do Mérito Bombeiro Militar; Medalha Governador Eduardo Campos (Defensoria Pública).
(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Paulo Augusto de Freitas Oliveira 

Nome em citações bibliográficas

OLIVEIRA, P. A. F.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/8933439901415647>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Segunda Turma - 1ª Câmara Regional do
TJPE.
Av. Portugal, 1234
Universitário
55016660 - Caruaru, PE - Brasil
Telefone: (81) 37257638
URL da Homepage:
<https://portal.tjpe.jus.br/>

Formação acadêmica/titulação

2009 - 2010

Especialização em Especialista em Gestão do Ministério Público - MBA. (Carga Horária: 405h).
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, FCAP, Brasil.
Título: A gestão do Controle Externo da Atividade Policial no MPPE sob Ótica da Integração.

2008 - 2009

Especialização em Segurança Pública e Cidadania. (Carga Horária: 360h).
Associação Caruaruense de Ensino Superior, ASCES, Brasil.
Título: O controle externo da atividade policial pelo Ministério Público de Pernambuco: Uma proposta de medidas pragmáticas no combate à violência e à criminalidade.
Orientador: Glauco Salomão.

1996 - 2000

Graduação em Direito.
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
Título: Não exigida à época.
Orientador: Não exigido à época.

1992 - 1995

Graduação em Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares.
Academia de Polícia Militar do Paudalho, APMP, Brasil.

Formação Complementar

2023 - 2023

Transparency and Accountability in Government - An Inter-Regional Project.
Department of State - United States Of America, USA, Estados Unidos.

2007 - 2007

Curso de Capacitação e treinamento para a Prevenção e Combate à Corrupção à. (Carga horária: 16h).
Ministério Público do Estado de Pernambuco, MPPE, Brasil.

2007 - 2007

Prevenção e Combate à Corrupção e lavagem de Dinhe. (Carga horária: 16h).
Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

2004 - 2004

Direito Administrativo e Fiscalização. (Carga horária: 40h).
Centro de Extensão e Pesquisa do Instituto Brasiliense de Direito Público, CEP/IDP, Brasil.

2004 - 2004

Contratos Administrativos e o seu gerenciamento. (Carga horária: 24h).
Zenite Informação e Consultoria em Administração Pública, ZENITE, Brasil.

2001 - 2001

Curso Integrado de Contabilização de Materiais e Patrimônio. (Carga horária: 30h).
ESAD-ESCOLA DE ADMINISTRACAO E NEGOCIOS, EAN_FORN, Brasil.

2000 - 2000

Curso básico de licitações e contratos administrat. (Carga horária: 20h).
Escola Fazendária do Estado de Pernambuco, EFEPE, Brasil.

2000 - 2000

Curso de Administração Financeira e Orçamento Público - Lei de Resp. Fiscal. (Carga horária: 25h).
ESAD-ESCOLA DE ADMINISTRACAO E NEGOCIOS, EAN_FORN, Brasil.

2000 - 2000

Administração financeira e Orçamento Público. (Carga horária: 25h).
Escola de Administração de Negócios, ESAD, Brasil.

Atuação Profissional

Procuradoria Geral de Justiça, PGJ, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador Geral de Justiça

Ministério Público de Pernambuco, MPPE, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2013

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Promotor de Justiça

Advocacia Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador Federal, Regime:
Dedicação exclusiva.

Outras informações

Órgão: Agência Nacional de Energia
Elétrica - ANEEL

Associação Caruaruense de Ensino Superior, ASCES, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor substituto, Carga
horária: 20

Polícia Militar do Estado de Pernambuco, PMPE, Brasil.

Vínculo institucional

1993 - 2003

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Oficial, Regime: Dedicação
exclusiva.

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, TJ/PE, Brasil.

2022 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Desembargador

Outros Projetos

2013 - Atual

Pacto dos Municípios pela Segurança
Pública

Descrição: O Projeto, inserido no Planejamento Estratégico do MPPE - 2013-2016, propõe uma nova forma de atuação do Ministério Público, em sua atividade extrajudicial na defesa dos interesses difusos e coletivos, visando a concretização de políticas públicas de prevenção à violência/criminalidade e ordenamento urbano, por parte do município, sem a necessidade de judicialização de Ações Cíveis Públicas, mas, através de firmamento de Termo de Cooperação e Compromisso (MPPE e Municípios). Busca-se, através deste Projeto, aprimorar a atuação extrajudicial do Parquet e reduzir as demandas judiciais, incentivando os Membros a buscarem o diálogo permanente e a construção de parceria com o Poder Público e a sociedade, contribuindo para transformação da realidade social. Trata-se, ainda, da introdução de uma nova ferramenta institucional, que se soma às Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta, para operacionalização das ações ministeriais. A novidade é que o Ministério Público, após a percepção da realidade da comunidade e o estudo da legislação vigente, apresenta as ações de cidadania a serem pactuadas com os Municípios, que, se cumpridas, dentro de 01 ciclo (06 a 08 meses), permitirá o reconhecimento por parte do órgão fiscalizador, a partir da concessão do Certificado "Município Compromissado com a Segurança Pública", dentro de um processo de avaliação de resultados..
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Paulo Augusto de Freitas
Oliveira - Coordenador / Aguinaldo
Fenelon de Barros - Integrante.

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Outras produções bibliográficas

1.

OLIVEIRA, P. A. F.. Combate à impunidade e à violência: necessidade de maior integração no controle externo da atividade policial 2007 (Tese).

2.

OLIVEIRA, P. A. F.. A Lei nº 9.605/98 e as inovações em matéria de crimes ambientais. Recife: Comunigraf, 2003 (Tese).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Encontro Nordeste de Legislativos Municipais. Encontro Nordeste de Legislativos Municipais. 2023. (Encontro).

2.

3.

VI Congresso do Ministério Público do Nordeste. Ministério Público do Nordeste: Um pacto pela Cidadania. 2011. (Congresso).

4.

XXI Congresso Brasileiro ABEAD. Garantindo Direitos: Diagnósticos e Intervenção sobre o Consumo de Drogas no Município de Cachoeirinha/PE. 2011. (Congresso).

5.

VII Congresso Estadual do Ministério Público. O MP no combate à impunidade. 2007. (Congresso).

6.

III Fórum Brasileiro de Direito Público da Economia. 2005. (Outra).

7.

Seminário "Capacitação e aperfeiçoamento em concorrência, tomada de preços e convite. Pregão eletrônico e presencial e Registro de Preços". 2005. (Seminário).

8.

Seminário Nacional "Temas e Questões Polêmicas sobre Contratos e Convênios da Administração Pública. 2005. (Seminário).

9.

Aspectos Polêmicos em Licitações - Contratos da Administração Pública. 2004. (Seminário).

10.

I Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública. 2004. (Outra).

Inovação

Outros projetos

2013 - Atual

Pacto dos Municípios pela Segurança Pública

Descrição: O Projeto, inserido no Planejamento Estratégico do MPPE - 2013-2016, propõe uma nova forma de atuação do Ministério Público, em sua atividade extrajudicial na defesa dos interesses difusos e coletivos, visando a concretização de políticas públicas de prevenção à violência/criminalidade e ordenamento urbano, por parte do município, sem a necessidade de judicialização de Ações Cíveis Públicas, mas, através de firmamento de Termo de Cooperação e Compromisso (MPPE e Municípios). Busca-se, através deste Projeto, aprimorar a atuação extrajudicial do Parquet e reduzir as demandas judiciais, incentivando os Membros a buscarem o diálogo permanente e a construção de parceria com o Poder Público e a sociedade, contribuindo para transformação da realidade social. Trata-se, ainda, da introdução de uma nova ferramenta institucional, que se soma às Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta, para operacionalização das ações ministeriais. A novidade é que o Ministério Público, após a percepção da realidade da comunidade e o estudo da legislação vigente, apresenta as ações de cidadania a serem pactuadas com os Municípios, que, se cumpridas, dentro de 01 ciclo (06 a 08 meses), permitirá o reconhecimento por parte do órgão fiscalizador, a partir da concessão do Certificado "Município Compromissado com a Segurança Pública", dentro de um processo de avaliação de resultados..
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Paulo Augusto de Freitas Oliveira - Coordenador / Aguinaldo Fenelon de Barros - Integrante.

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)